

ave

Coluna do Castello

Está à vista a Constituição

Um acordo de lideranças definindo um curto período de esforço concentrado pode ser necessário para que a Assembléia Constituinte vote desembaraçadamente em segundo turno o projeto de Constituição. Do contrário a votação ficará sujeita a oscilações de quorum e ao interesse das partes na eliminação desse ou daquele dispositivo inserido no texto inicialmente aprovado, dando lugar a obstruções com esvaziamento do plenário. Se houver acordo, o presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, terá provavelmente até meado de agosto o texto da nova Constituição a ser promulgado imediatamente.



Há esforço, aliás, para um acordo mais amplo abrangendo compromisso de votação de algumas emendas. Os deputados Nelson Jobim e José Lourenço têm trocado opiniões a respeito. Embora o PMDB tenha posição definida em favor da preservação do texto que basicamente se originou de acordos dos quais participou, deverá atender em parte a conveniências da tramitação do projeto colaborando na consecução de quorum para votação de emendas patrocinadas pelo PFL embora não com sua aprovação. A bancada peemedebista, como aconteceu aliás, no curso da votação de primeiro turno, não terá posição uniforme, antes pelo contrário, em relação a muitos dos itens polêmicos.

O Palácio do Planalto, que se decidiu a patrocinar emendas supressivas, estuda ainda a relação de prioridades organizada pelo ministro Ronaldo Costa Couto na ausência do presidente. Embora todos os pontos selecionados interessem ao governo, haverá uma seleção mais realística tendo em vista a viabilidade das proposições. As prioridades governamentais deverão abranger itens econômicos, sociais e tributários, preferentemente. Entre eles, o limite de seis horas das jornadas de trabalho, o direito de greve nos serviços essenciais, o tabelamento dos juros bancários, a anistia aos empresários e agricultores, o adicional do Imposto de Renda facultado aos estados e a estabilidade aos cinco anos dos servidores públicos.

Politicamente desagradam ao governo e aos seus correligionários a censura pela Câmara a ministros de Estado, tido como dispositivo tipicamente parlamentarista, e o voto concedido aos menores de 16 anos. Dispositivos, como o da incorporação do arquipélago de Fernando de Noronha a Pernambuco, não serão prioritários embora haja recomendação para retirá-lo do texto. O governador pernambucano também não

se interessa por essa incorporação de uma área que dará ao estado alguns problemas e nenhum proveito. Numerosas outras emendas poderão ter a simpatia do Planalto mas não seu empenho.

A avaliação crítica do texto aprovado em primeiro turno continua a ser a tônica do governo, que não parece concordar com o deputado Ulysses Guimarães que apresenta a futura Constituição como um projeto de renovação da vida política, econômica e social do país. Caberá à nação e aos partidos examinar e reexaminar, depois da promulgação, a eficácia da nova Carta, que será submetida a um debate nacional mediante consulta plebiscitária prevista para cinco anos depois da sua adoção. Além de ser revisionista, a futura Constituição marcou prazo para que se proceda, se for essa a convicção dos comandos políticos, a sua reforma pelo quorum de maioria absoluta, idêntico ao que prevaleceu na sua elaboração.

Há de um modo geral pressa na conclusão da Carta a fim de eliminar o debate que já se prolonga por mais de 18 meses, gerando expectativas nem sempre saudáveis para a governabilidade do país. O segundo turno eliminará as últimas dúvidas e permitirá dentro de algumas semanas o encontro da nação com sua nova definição política e institucional.

Jânio em Brasília

O prefeito Jânio Quadros foi recebido ontem às 11 horas pelo Presidente da República, a quem convidou para estar presente à reinauração do Teatro Municipal de São Paulo, que passou por importante reforma sob sua administração. Em seguida à solenidade, o prefeito viajará para o Estados Unidos em companhia de dona Eloá, em tratamento de saúde na cidade de Boston. Somente no seu regresso ele examinará com mais objetividade a sua sucessão na prefeitura da capital paulista.

Recentemente, o ex-presidente contou à TV Manchete pela primeira vez o famoso vaticínio do astrólogo e quiromante Sana Khan, já falecido, sobre sua carreira política, feito quando ele, ainda estudante, visitava o consultório de Vicente Rao, seu professor e advogado do astrólogo em questões de terra. Esse escritório hoje pertence a Saulo Ramos, que foi um importante assessor do governo Jânio Quadros. A leitura astrológica foi feita na presença de Rao e de Quintanilha Ribeiro, na época colega do ex-presidente.

Como se sabe, Sana Khan previu que Jânio Quadros, então um jovem nascido em Mato Grosso, de família pobre, seria vereador, deputado, prefeito, governador e presidente da República, posto a que retornaria para ser assassinado no segundo ano de governo. O prefeito de São Paulo narrou o episódio e continua a dizer que podem colocá-lo numa camisa de força se voltar a se candidatar à Presidência.

Carlos Castello Branco